

**ILMA. SRA. DRA. DEFENSORA PÚBLICA PRESIDENTE DO CONSELHO
SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS, Defensora
Pública Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária, vem encaminhar
relatório semestral de atividades (período janeiro/junho 2008).

São Paulo, 3 de julho de 2008.

Protocolados (segue em amarelo as atividades desenvolvidas de junho de 2007 até junho/2008):

- **01.07 - Baixa na captura** - tivemos reunião em 21/06/2007 (Coordenadores da VEC, DIPO, Criminal e Sub Capital) para estabelecer competência - problema resolvido. No entanto, a baixa na capturas é um problema que não deveria existir e por isso entrei em contato propondo reunião com Diretor do IIRGD, Representante da corregedoria do TJ, juiz corregedor do DIPO e da VEC para tentarmos identificar onde o problema surge e acabar com ele, posto que injustificável. Entendi ser melhor alguém de fora intermediar essa reunião. Como o problema atinge todo o Estado de São Paulo entrei em contato com representante da corregedoria do TJ e expliquei o assunto. Pedi para a advogada da FUNAP que só atende baixa na capturas fazer o relatório de uma semana de atendimento. Com o relatório da advogada fiz ofício dirigido ao Corregedor Geral de Justiça explicando a situação e pedindo providências para que os juízes comuniquem arquivamento e extinção de punibilidade ao distribuidor criminal e IIRGD – agendada reunião com o Corregedor Geral de Justiça e entregue o ofício em mãos, despachado por ele próprio e encaminhado ao corregedor responsável (Hélio Nogueira) no dia 28/08/2007. No dia seguinte entrei em contato com Hélio para me colocar a disposição para esclarecimentos. Em 01/02/08, o processo nº 4129/2007, que se encontra no cartório da Corregedoria, está aguardando resposta do IIRGD, o qual recebeu o ofício desde 14/01/08. Reiterado, ainda, pedido de resposta com prazo de 20 dias. Em 27/03/08, o IIRG ainda não respondeu o ofício encaminhado, por este motivo foi feita nova reiteração do pedido, o cartório aguardará mais 30 dias. Em 10/04/08, os autos foram conclusos ao juiz. Em 27/05/08, retirado ofício no cartório da Corregedoria contendo parecer e decisão no sentido de “encaminhar o expediente à Secretaria de Tecnologia e Informática, para conhecimento das questões levantadas, visando a integração e migração eletrônica de dados no particular do Sistema do Tribunal de Justiça, como com a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e Tribunal Regional Eleitoral – São Paulo”. Como constou da decisão que na cidade de São Paulo o problema é inexistente (só ocorre no interior, assim pedi para Dra. Franciane – coordenadora do plantão Capital - me mandar provas de ocorrências recentes na cidade de São Paulo).
- **02.07 - Multa penal** - conversei com a PGE (José Renato) para me inteirar da situação da cobrança da multa e tenho reunião agendada com os defensores da VEC em 28/06/07 para traçar plano de atuação – realizada reunião. Pediremos prescrição e extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa (STJ). Comunicados todos os defensores VECs e Varas Criminais – Em 26/03/2008, o protocolado foi reaberto a pedido do Padre Gunther, pois, conforme nos foi informado, diversos egressos estão com problemas para tirar o título de eleitor – com Dra. Mailane – para parecer e proposta. Em 04.06.08 passei e-mail para o grupo Defensores VEC para fazermos pedido de extinção da punibilidade quando cumprida a pena independente do pagamento da multa – inclusive para irmos até o STF, se necessário.
- **03/2007 - Presas há muito tempo e condenadas à penas superiores a 30 anos** - análise de processos para identificação dos casos mais convenientes de serem levados a superior Instância para defesa da unificação em 30 anos

(art. 75 do CP) para todos os fins – Feitos dois *habeas corpus* para o TJ (03/07/2007) e inúmeras petições pedindo vista dos autos à defensoria. Comunicação da decisão de rediscutir a tese aos defensores VECs. Em 08/01/08, juntadas ao expediente as decisões dos *habeas corpus* impetrados em nome de Vera Lúcia de Assim e de Kelly Baptista Gomes, em ambos os casos as ordens foram denegadas. Instruídos os Defensores Públicos a impetrarem HC junto ao STJ.

- **04/2007 – Legislação sobre penas alternativas** – distribuído à Dra. Ana Paula Romani Milanezi em 14/02/08. Em fase de estudos para propostas.
- **05/2007 - Condenados à Medida de Segurança presos** - separação de documentos para estudo. Feitas 110 petições para o juiz da VEC pedindo que os doentes mentais presos aguardassem em liberdade a vaga em Casa de Custódia ou que fossem transferidos independente de lista de espera e propositura de ACP, protocolada em 24/07/2007, pedindo destinação de local apropriado para inclusão dos doentes presos para que a lista acabe – parecer favorável do MP. Indeferida. Fase de recurso com pedido de tutela antecipada – indeferida. Aguardando julgamento do mérito para esgotar instância e seguir com o assunto na Comissão Interamericana. Realizadas diversas reuniões com o Coordenador de Saúde da SAP e juiz corregedor dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico em maio de 2008, para realização de mutirão no HCTP de Franco da Rocha – aguardando agendamento do mutirão. Mutirão agendado para início em 15.12.2008 em reunião no HCTP de Franco da Rocha com psiquiatras e diretores dos HCTPs do Estado e juíza corregedora de medida de segurança da VEC/capital. Iniciada também transferência dos presos que deviam estar em medida de segurança para elaboração de laudo no Centro Hospitalar.
- **06/2007 – Análise de novo modelo de CNPCP e implementação de novo plano nacional de Segurança Pública.** Pedido encaminhado pela Pastoral Carcerária– aguardando distribuição. Distribuído ao Pedro Avellar – também para aprimoramento do PL 1090/07
- **07/2007 – Projeto parceria Defensoria / IBCRIM** – Elaborado no primeiro semestre de 2007 texto sobre “Flagrantes numa realidade de crescimento da população prisional” para o projeto central de flagrantes do IBCrim/Defensoria. Pendente de aprovação pela FAPESP
- **08/2007 – Inclusão das presas no programa de prevenção ao câncer de útero e mama do Estado de SP** – Realizada reunião com Secretaria da Saúde dia 01/10/2007 confirmando que em todas as presas com mais de 50 anos (mais de 300 presas) será realizado o exame de mamografia. Drª Nádia (Coordenadora de Saúde da SAP) informou que o exame de papanicolau será realizado pela SAP e por isso não será realizado pela Secretaria de Saúde. Aguardando cronograma da SAP até dia 15/10/2007 sobre a realização do exame. Não foi feito o papanicolau pela SAP. Em contato com a nova coordenadora de saúde da SAP (Solange), me disse que fará o ano que vem. Não estabeleceu prazo. Encaminhar pedido para a SAP e Secretaria de Saúde para inclusão no próximo mutirão estadual. Em 08/02/08, elaborado e entregue ofício em mãos à SAP, durante reunião com o novo coordenador de saúde

(Paulo Cezar Sampaio). Em 14/02/08, foi juntada ao protocolado cópia do ofício recebido pela SAP. A nova Coordenação de Saúde da SAP vai permitir que os exames sejam realizados pela Secretaria de Saúde. Em reunião em 24.06.08 – Maria Luiza – representante da Secretaria de Saúde confirmou que os exames serão realizados este ano, no mutirão estadual. Incluídas no mutirão estadual de 2008.

- **09/2007 - Inconstitucionalidade do Servec feminino – parecer elaborado.**
Mantido Servec feminino - ENCERRADO
- **10/2007 – Reabilitação – Parecer elaborado.** Estudo para a propositura de ação cabível contra a lei municipal que exige reabilitação judicial para motorista de táxi. Parecer elaborado. Artigo escrito pelo Marcel, enviado para publicação no IBCCRIM. Publicado no Boletim de dezembro. Elaborado projeto de lei a ser entregue junto com o parecer para vereador municipal para apresentação de projeto de lei que revogue a lei vigente. (OBS: segurança particular e a Polícia Federal também exigem reabilitação). Em 07/01/08, juntada cópia da Portaria nº 387/06 do Departamento de Polícia Federal (requisitos para a obtenção da Carteira Nacional de Vigilante). Em 28/02/08, entregue cópia do Projeto de Lei e parecer do Defensor Marcel ao Deputado Beto Custódio. Em 06/03/08, efetuado o protocolo do Projeto de Lei. Aprovado na Câmara dos Vereadores em abril/2008 – Lei 115/08 – aguardando ser sancionada pelo Prefeito. Em 05/06/08, o projeto de lei foi vetado pelo prefeito. As razões de veto foram publicadas no Diário Oficial do Município de 21/05/08, pág. 03 – cópia no protocolado – a ser analisado para novo encaminhamento.
- **11/2007 – Interdição da PF de Santana – Visita, pedido, reiteração de pedido com mais denúncias, inclusive de morte por leptospirose.** Inúmeras providências foram tomadas pela SAP, nova visita, manifestação no processo da corregedoria com novos pedidos de providências. Eventual andamento do Processo passou aos cuidados da Dra. Franciane.
- **12/2007 – Elaborada ADPF pedindo reconhecimento da irretroatividade do lapso temporal para progressão de regime de cumprimento de pena previsto na Lei 11.464/07, para os condenados pela prática de crime hediondo antes de 28/03/2007.** Enviada em 13/08/2007 para ANADEP propor a ação perante o STF. Discussão da pertinência temática – legitimidade ativa da ANADEP. Aguardando momento político mais adequado à DP para distribuição.
- **13/2007 – Convênio NUFOR – a ser agendada reunião NUFOR/Defensoria.**
- **14/2007 – Volta do exame criminológico – Parecer em fase de elaboração para apresentar em Brasília em ocasião apropriada e necessária.** Sendo agendada reunião em 23/11/2007 às 15:00 hs com a responsável do Conselho Regional de Psicologia para pedir parecer sobre o aspecto ético profissional do parecer. Foram fornecidos documentos sobre o assunto, bem como houve o esclarecimento quanto a posição do CRP e CFP, ambos contra o exame criminológico. Estudo sobre exame criminológico em andamento - com Dra. Patrícia de Moraes em 14/02/08. Devolvido – distribuído para Fernanda – devolvido – ela vai escrever artigo – li – encaminhamento a ser dado.

- **15/2007 – Regime de Observação (RO)** – em andamento pesquisas para estudo sobre o RO ou inclusão nos presídios em razão de denúncias de abusos no tempo (mais de 30 dias). Solicitada informação da SAP, já respondida. Pedido para que os defensores coordenadores regionais verifiquem em todos os presídios o tempo de duração da inclusão. Não foram constatadas irregularidades (relação com o 18/07 em andamento) – ENCERRADO.
- **16/2007 – Projeto de lei de descontingenciamento da verba do FUNPEN.** Pedido da Pastoral Carcerária para que o Núcleo acompanhe. Em 04/01/08, realizada pesquisa acerca da lei de diretrizes orçamentárias de 2008, restou constatada a não incorporação das alterações ao texto de lei – Emenda aditiva a LDO n. 12710025 não aprovada. ENCERRADO
- **17/2007 – Direito do preso de votar** – Em 27/12/07 elaborado pedido ao Presidente do TRE – protocolado em 28/12/07. Em 14/02/08, o responsável pelo andamento do caso em questão, Dr. Juan, nos informou que ainda está em fase de levantamento possibilidade dos presos votarem (análise do colégio eleitoral, título de eleitor, homônimas etc). Não há previsão de resposta. Em 28/03/08, a funcionária do TRE, Sra. Valéria, nos informou que o pedido ainda se encontra com o assessor responsável, Dr. Juan, haja vista a existência de outros pedidos nesse mesmo sentido. Em 16/05/08, ainda no aguardo da elaboração de parecer acerca do pedido. Em 25/08, Protocolada petição no TRE requerendo a realização de votação simulada nos presídios para analisar a viabilidade nas próximas eleições. Em 02/10, o pedido foi apreciado, mas indeferido, sob o fundamento de que não seria possível realizar votação sem o prévio cadastramento dos eleitores. Os demais pedidos não foram apreciados.
- **18/2007 – Estudo sobre regimento interno dos presídios (RIP), para elaboração de lei estadual, nos termos da LEP** – em fase de parecer e propostas. – Distribuído aos Drs. Marcel, Paula e Renata em 14/02/08 – em fase de elaboração.
- **19/2007 – Folder** – para ser distribuído em todos os presídios e CDP's do Estado – com destaque para falta grave, buraco negro dos presídios. Elaborado. Aguardando impressão e distribuição nos estabelecimentos prisionais. Distribuído na Penitenciária Feminina Santana dia 08.03.08 em homenagem ao dia da mulher. Disponibilizado no portal do NSC e utilizado por outras DPs estaduais como modelo.
- **20/2007 – Doentes mentais que cumpriram medida de segurança e tiveram declarada extinta a punibilidade e não tem apoio nem independência e precisam ser transferidos para hospital psiquiátrico comum e ninguém queria saber.** – Reunião com o Secretário de Saúde 01/10/07 - vai receber os doentes destinando-os a 1 ou 2 hospitais psiquiátricos do interior – Pedi lista para o HCTP de Franco da Rocha I e II e mandei para a Secretaria de Saúde. Comuniquei aos defensores da VEC da decisão da Secretaria de Saúde, para encaminharmos de eventuais outros casos que surgirem. Confirmar em Franco da Rocha se houve a transferência efetiva dos doentes. Confirmado. Todos

foram transferidos para hospitais da Secretaria de Saúde. Em 02/01/08, confirmada a transferência dos pacientes solicitados, das duas unidades (Franco da Rocha I e II). Em 23/09, as transferências continuam sendo feitas, elas são tratadas diretamente entre a Diretoria dos HCTPs e a Secretaria de Saúde (Maria Luiza ou Regina). O Grupo de trabalho de Saúde encaminhará proposta (em elaboração) para o Secretário da SAP, para que os hospitais de custódia e tratamento passem a ser da Secretaria de Saúde.

Em 18/11, recebido o psicólogo do Hospital Vera Cruz que trouxe o caso de três internos por determinação judicial.

- **21/2007 – META (DEPEN/PRONASCI)** – em fase de elaboração de projetos. Projeto inicial elaborado e enviado para o MJ. Projetos de pesquisas específicas (perfil do preso e FA) sendo feitos para posterior encaminhamento, se o caso. Em 12/02/08, reunião com Aléssio, Gisele e Carla do Ministério da Justiça, elaborados quatro projetos (META 9) conforme solicitado. Em 14/02/08, juntado ao expediente os quatro projetos, bem como a confirmação de recebimento pelo Aléssio. Não tive mais notícias. Os projetos foram enviados para a DPG pela SAP. Como não entendi porque a SAP tinha os projetos da Defensoria entrei em contato com Brasília em 01.06.08 conversei com Carla e pedi esclarecimentos sobre o que estava ocorrendo. Ela não sabia informar e ficou de verificar e retornar. Não retornou. Em 02.07.08 recebi notes da Chefe de Gabinete da SAP Sra. Rosa Alice nos seguintes termos: Senhores Dirigentes, Informamos que na data de ontem, esta Secretaria foi informada de que o acompanhamento das metas que envolvem os órgãos dirigidos por Vossas Senhorias, ainda não foi encaminhado à Comissão de monitoramento e Avaliação, do Departamento Penitenciário Nacional. Para colaborar, elencamos abaixo, as metas e os órgãos responsáveis: meta 9 – Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Liguei para Brasília em 03.07.08 para entender o que estava acontecendo – falei com Júlio – me disse que a META 9 faz parte de Projeto Diretor e que a Defensoria teria que ter encaminhado projetos – informei que na única reunião que tivemos (em 12.02.08 – presentes Dr. Renato de Vitto, Dra. Cristina e eu) não nos disseram nada disso e apenas repassaram o modelo de formulário META 9 (que encaminhei com quatro projetos) – ele tinha os projetos em mãos – teriam que ter sido desenvolvidos, reafirmei que ninguém nos esclareceu sobre tal fato. Júlio ficou de conversar com Gisele e com a SAP. Informou que voltarão a São Paulo em agosto.
- **22/2007** – Projeto para que os advogados da FUNAP façam a defesa de todas as fases do procedimento administrativo na apuração da falta grave. Resolvido com a súmula 343 STJ. Em discussão a participação dos advogados da FUNAP na sindicância dos presos provisórios - aguardando estudo sobre a constitucionalidade/legalidade e extensão da falta grave do preso provisório (previsão na LEP) a ser elaborado. – Distribuído à Dra. Daniela Singer em 14/02/08.
- **23/2007- Saúde no sistema penitenciário – Falta de médico** - Problema está crônico – fase de estudo para elaboração de projetos ou saídas alternativas para a SAP – distribuído para Dra. Adriana de Brito. Procedimento em andamento na Corregedoria VEC Capital – leitura e manifestação. Ofícios juiz corregedor e PM sobre falta de escolta – Lei Complementar 898 de 13/07/01 que criou a classe de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP). Li e fiz ofício para o secretário (SAP).. Reunião agendada com o secretário para

dia 08/02/08. Em reunião com o secretário da SAP, nos foi informada a abertura de concurso para complementar o quadro de médicos da SAP e que será feita experiência com grupo AEVPs para fazerem escolta. Em 03/04/08, juntado ao protocolado relatório do procedimento de saúde C-158/07. Em 09/04/08, foram recebidas as grades com os números de médicos da SAP. Reuniões com a Coordenadoria de Saúde da SAP, representante do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e diversas outras entidades para resolver o problema do dinheiro enviado para a saúde. O Coordenador de Saúde gastará o dinheiro acumulado com adaptação do Centro Hospitalar para recebimento das presas que estão amamentando no CASMI – local que está em condições absolutamente insalubres, adaptações no HCTP de Franco da Rocha, compra de medicamentos etc. Aberto concurso para ingresso de equipe de Saúde na SAP (há menos inscritos que o número de vagas para médicos). Formado em GT da SAP – Coordenadoria de Saúde – DO 28.05.08 – com prazo de 180 dias – para oferecer propostas de solução e encaminhamento do problema – como Coordenadora do Núcleo represento a DP no GT – reuniões sendo realizadas semanalmente.

O GT se reuniu mensalmente na Defensoria (Liberdade) e em reunião de 04.12.2008 – concluídos os trabalhos – encaminhado o documento final aos Secretários de Saúde e Administração Penitenciária pedindo que iniciem urgentes tratativas para que a saúde do sistema prisional seja feita pelo SUS; que o Centro Hospitalar penitenciário e os Hospitais psiquiátricos sejam assumidos definitivamente pela Saúde – passando-se nestes últimos a serem aplicadas as regras da lei 10.216/01.

- **24/2007 – Lei de responsabilidade penitenciária** – políticas preventivas, medidas extrapenais, reintegração (patronato, art. 78 da LEP), formas alternativas de prisão, menor permanência em presídios, valorização do funcionário. Estudo do direito comparado em andamento. – **Distribuído ao Dr. Otoniel Kibuti em 14/02/08** – Devolvido em 05.06.08 com proposta de alteração legislativa – projeto de lei e justificativa – aguardando análise.
- **25/2007 – RDD – Projeto de Lei nº 7.223/06** – que aumenta o prazo de permanência no Regime Disciplinar Diferenciado – aguardando para estudo e parecer. Acompanhamento mensal do andamento
- **26/2007 – Instauração de procedimento investigatório preliminar por defensor público** - em fase de elaboração de parecer para normatização pelo Conselho Superior da Defensoria Pública. Concluído pela Defensora Dra. Giovana. A ser analisado para enviar ao Conselho da DP.
- **27/2007 – Monitoramento do Programa Estadual de Direitos Humanos.** Estudo das propostas feitas pelo Estado e pesquisas quanto à implementação das medidas sugeridas. Em 18/03/08, a assessora da Defesa da Cidadania, Dra. Cíntia Regina Béo, nos informou acerca do andamento do PEDH. Mencionou ainda que a Conferência para avaliação dos resultados do último ano será realizada em outubro de 2008.
- **28/2007 – Projeto de lei disciplinando o direito de ser julgado em prazo razoável (na execução)** – em fase de estudo para elaboração. Em 14/02/08, juntada cópia de anteprojeto em andamento no Congresso, para análise.

- **29/2007 – Implementação de ouvidoria do sistema penitenciário independente, autônoma e com mandato próprio (a ser distribuído).** Em 10/03/08, recebida proposta de anteprojeto de lei, criando a ouvidoria autônoma e independente na SAP. Com Dr. Horácio. Devolvido para leitura e encaminhamento.
- **30/2007 – Questão de gênero: pensar em política para a mulher encarcerada (a ser distribuído).** Em 23/09, Reuniões do GT de Saúde da Coordenadoria de Saúde da SAP. Discussões sobre a criação do Centro de Atendimento à mulher presa. Com Mailane.
- **31/2007 – Expediente encaminhado pelo Conselho da DP - CENACORA –** Reunião com reverendo Antônio em 26/11/07. O reverendo irá contatar a coordenadoria do Núcleo para falar sobre sistema prisional nas comunidades evangélicas. Até 30.06.08 não deu retorno.
- **32/2007 – Trabalho de egressos com a Secretaria de Trabalho –** Reuniões realizadas com a Secretaria do Trabalho e outras entidades - estabelecidas cotas para egressos em dois programas da Secretaria - ENCERRADO.
- **33/2007 – Projeto de Lei – alteração da Lei de Execuções Penais –** progressão em 1/3 da pena – remição por estudo – a ser distribuído. Acompanhamento mensal dos projetos de alteração da LEP.
- **34/2007 – Ofício da comissão de direitos humanos da OAB –** presos estrangeiros sem interpretes na Penitenciária de Itaí – distribuído para análise. Juntado expediente do IDDD e encaminhando novamente para o Geraldo para parecer. Distribuído ao Dr. Geraldo em 19/12/07. Em 14/02/08, recebido pelo Núcleo com pedido de diligência ao gabinete. Expediente juntado – em fase de parecer. Devolvido ao Dr. Geraldo.
- **35/2007 – Medida de Segurança –** projeto de lei do limite máximo. – Distribuído à Dra. Thalita em 14/02/08.
- **36/2007 – Projeto de Lei nº 1288/07 – utilização de equipamento de rastreamento.** Pedi parecer para Carlos e Gustavo. Em 08/02/08, juntado estudo acerca do monitoramento eletrônico de pessoas processadas ou condenadas criminalmente (CNPCP). Em 09/04/08, foi encaminhado à APADEP o parecer elaborado pelo Dr. Pedro Avellar. Projeto de lei estadual sancionado – enviei e-mail aos Defensores da VEC para que instruem nossos defendidos a não autorizar o monitoramento, já que depende de consentimento do preso e, caso já tenha havido consentimento, que impetrem HC. Parecer sobre o projeto 1288/07 elaborado por Dras. Thais e Fernanda – enviado por e-mail – continuam com o protocolado. Em 11.06.08 reunião na DP com várias entidades para discussão de do Projeto de Lei 1288/07-B aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para o Senado para votação final – decidimos fazer Projeto alternativo e encaminhar para o Senado e o Ministério da Justiça sem assinatura das entidades. Elaborei projeto alternativo e justificativa. IBCCRIM encaminhará para o Ministro da Justiça e ANADEP e

Rafael encaminharão em nome da ANADEP no Senado – a idéia é retirar ou substituir o projeto em andamento.

Em setembro/2008 tive reunião com as assessoras do Pedro Abramovai e entreguei o PL.

Em reunião com os Senadores Demóstenes Torres e Marco Maciel, um dia antes do PL 1288/07 ser votado definitivamente no Senado, ficou acertado que seria realizada audiência pública antes da votação final. Consultei e indiquei os nomes que comporão a mesa na audiência pública – estamos aguardando seja marcada (possivelmente só em 2009)

- **37/2007 – Tortura – CDP Pinheiros** – aguardando algumas conclusões do procedimento da coordenadoria para encaminhamento. Tentar identificar deficiências do sistema penitenciário que permite a tortura. Ligar para a Dra. Franciane e pedir para enviar a conclusão do C-128/07 e para o Luis Gustavo para enviar a razão da *causa mortis* C-160/07. Decisões juntadas ao protocolado. Artigo Fernando Salla – ler para pensar alternativas e meios eficazes de combate à tortura. Juntados outros artigos – aguarda leitura para encaminhamentos.
- **38-01/2008 – Direito de Visita** – Portaria Conjunta 001/07. Elaborei ofício ao Secretário (SAP) pedindo providências quanto à ilegalidade das restrições de visita contidas na Portaria, bem como abuso de poder perpetrado pela autoridade administrativa em razão da portaria. Entreguei em reunião com o SAP em 08/02/08. Não obtive resposta. Dra. Vanessa está estudando proposição de eventual ACP.
- **39-02/2008 – Assistência Jurídica ao Preso Provisório** (pedido de criação de grupo de atendimento ao preso provisório para suprir a total falta de atendimento pela Defensoria para o setor por falta de Defensores (marcar reunião para discutir o assunto com o gabinete – Dr. Vitore e Dra. Cristina). – Distribuído às Dras. Priscila, Luiza, Paula e Eleonora – estão fazendo atendimentos no CDP I do Belém desde abril/2008– para verificação de necessidades, entraves etc e posterior parecer.
- **40-03/2008 – Diretrizes para Inspeção em Estabelecimentos Prisionais por parte dos Defensores Coordenadores Regionais** (comigo para leitura e parecer).
- **41-04/2008 – Escolta PM e AEVP**
Obs.: Ver também Prot. 24/07
Em 29/09, o Grupo de trabalho da Coordenadoria de Saúde da SAP encaminhará ofício ao Secretário da SAP para que disponibilize, com urgência, agentes para escolta de doentes.
- **42-05/2008 – Mutirão – Secretaria Especial da Mulher. Projeto elaborado. Devolvido para adequações – recebi em 02.07.08.** Projeto assinado em 03/11/08. Redistribuído para Leandro – parecer elaborado – defendido e aprovado no Encontro Estadual da DP - aguardando devolução para encaminhamento.

- **43-06/2008 – Oitiva – artigo 118 do da Lei de Execuções Penais** – tem sido feita a oitiva no presídio. Distribuído para o Dr. Alanderson.

- **44-07/2008 – Atendimento jurídico de pessoas em Medida de Segurança** (Unidades de Franco da Rocha e Taubaté). Em 26/03/08, entregue ao Dr. Geraldo Sanches (na Coordenação em substituição à Dra. Franciane) cópia do ofício 09/2008, solicitando que a DP VEC/Capital faça atendimento dos internados nos HCTP do Estado. Em andamento, desde maio/2008, discussões sobre projeto de mutirão com a Coordenação de Saúde.

- **45-08/2008 – PRONASCI – Convênio com a SRJ** – elaborei projeto – aprovado. Dra. Cristina assinou o Convênio em 06/2008 – em andamento tratativas com o Instituto Manoel Pedro Pimentel (FADUSP) para parceria. Dependemos de parceiro para concretizar o Projeto, pois não temos Defensores Públicos para executá-lo e, portanto, houve previsão de contratação de assessores jurídicos para os Defensores Coordenadores Regionais envolvidos (região metropolitana). Reunião agendada com Dr. Libero DP/RJ para o dia 09.07.08 para discutir o assunto.

- **46-09/2008 – Pecúlio de presos** – qual o critério de pagamento – porque recebem quantias diferentes – Oficiamos a FUNAP pedindo informações – Não obtivemos resposta.
Reiteramos ofícios em 28/07 à Diretoria Executiva (Sra. Lúcia Maria Casali de Oliveira), pelo e-mail de sua secretária Valéria Auricho (vaurchio@sp.gov.br). Em 22/09, encaminhado ofício pelo correio com AR.

- **47-10/2008 – Denúncia más condições CPP Mongaguá.** Tendo em vista o recebimento de relato feito no Núcleo sobre o sentenciado Roger Genaro Ferreira, que teria morrido por falta de atendimento médico, bem como más condições físicas do Centro de Progressão Penitenciária “Dr. Rubens Aleixo Sendin” de Mongaguá, foi instaurado o protocolado nº 47-10/2008 para apurar os fatos denunciados. Oficiamos o CPP e solicitamos o envio do Prontuário – recebido. Analisada a documentação constando da certidão de óbito causa mortis indeterminada oficiamos em 09.06.2008 o Hospital Municipal de Mongaguá – onde Roger morreu – aguardando resposta – já ligamos cobrando. Estamos informando a mãe sobre o andamento da denúncia.
Em 01/08, realizada reunião com os pais do preso para esclarecimentos. Além disso, foi encaminhado ofício à Defensoria de Santos para averiguar a existência de procedimento naquela Corregedoria, bem como solicitada a inspeção do CPP de Mongaguá para eventual pedido de interdição.
- Em 03/09, encaminhado malote com documentos à Regional de Santos para adoção das providências cabíveis.
- Em 06/11, a mãe do preso foi encaminhada ao setor cível da Defensoria Pública para ingressar com a ação de indenização contra o Estado.

- **48-11/2008 – Revista vexatória** – Distribuído para Dras. Andrea e Giovanna para estudo e parecer

- **49-12/2008 – Medida de Segurança** – Projeto de Lei adequando a medida de segurança à reforma psiquiátrica de 2001 – mudar o Código Penal e outras providências. Agendar ida a Belo Horizonte para conhecer o PAIPJ e conversar com Promotor de Goiás.

Aplicar lei 10.216/01 para Medida de Segurança sustentar a revogação do CP e da LEP pela lei de reforma psiquiátrica – modelo a ser elaborado e encaminhado para todos os defensores criminais. Elaborado defendido e aprovado no Congresso Estadual de DP – modelo a ser repassado aos defensores.

- **50-13/2008 – Sigilo de Dados – IIRGD – a ser distribuído**

- **51-14/2008 – Justiça Restaurativa para análise de aplicação no criminal e na execução penal** – distribuído para Otoniel – devolvido com parecer.

Em 10/07, recebido do gabinete do Deputado Federal Leonardo Monteiro, cópia do Projeto de Lei sobre justiça restaurativa de sua autoria.

- **52-15.08 – Comitê Paulista de Educação em Direitos Humanos**

Participação das reuniões mensais do subgrupo de educação em direitos humanos para profissionais de segurança pública e agentes penitenciários. Devido a problemas no Comitê Estadual em outubro as reuniões foram suspensas. O protocolado aguarda término de pesquisa de campo para elaboração de cartilha para educação em direitos humanos com familiares, egressos e presos.

- **53-16.08 – Albergue para moradores de rua com envolvimento judicial e egressos estrangeiros**

Realizadas reuniões com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, solicitando endereço de um albergue para concessão de benefício para liberados condicionais, que restaram infrutíferas.

- **54-17.08 – Taxa Judiciária para condenado** – distribuído para Lucas

- **55-18.08 – Lei de responsabilidade penitenciária**

Políticas preventivas, medidas extrapenais, reintegração (patronato, art. 78 da LEP), formas alternativas de prisão, menor permanência em presídios, valorização do funcionário. Estudo do direito comparado em andamento. – Distribuído ao Dr. Otoniel Kibuti em 14/02/08 – Devolvido em 05.06.08 com proposta de alteração legislativa – projeto de lei e justificativa – aguardando análise.

- **56-19.08 – Polícia Militar em saída temporária**

Dado o comparecimento da PM na casa dos presos que estão em saída temporária, foi elaborado ofício para o Secretário de Segurança Pública,

juntando parecer da PGE sobre o desvio de função e solicitando providências. Aguardando agendamento de reunião para discutir o assunto e entregar ofício.

- **57-20.08 – Presos estrangeiros por crime de tráfico internacional de drogas em estabelecimentos penais estaduais. Inobservância dos direitos à progressão do regime de pena, livramento condicional e decreto de expulsão.** Distribuído para Alexandre – devolvido com parecer .

Conversar com o Delegado Federal, Dr. Luis Wanderley Pardi (tel. 3538.5235)

Outras atividades:

- Remessa de peças (modelo) e jurisprudência para os Defensores das Varas de Execução Criminal do Estado.
- Pedidos de providências, apuração de denúncias ou verificação de ocorrência aos Defensores Coordenadores Regionais da VEC em razão de denúncias recebidas pelo Núcleo.
- Esclarecimentos de dúvidas e resposta a consultas de Defensores VEC.
- Visita ao HCTP de Franco da Rocha I, ao CASMI – PF Butantã e Centro Hospitalar Penitenciário.
- Artigo publicado (boletim do IBCCRIM).
- Elaboração de ofícios para secretários de estado.
- Entrevistas para rádios, jornais e canais de TV.
- Coordenação dos pedidos de interdição das cadeias públicas femininas do Estado sem condições de recolherem presas.
- Reuniões com os juízes corregedores de presídios da Capital e do Interior.
- Participação em reuniões de Grupo de Mulheres Encarceradas.
- Reunião Secretaria Especial da Mulher (discussão mutirão na população carcerária feminina do Estado)
- Reuniões com Pastoral Carcerária, ITTC, IBCCRIM, IDDD.
- Reuniões com Secretário de Administração Penitenciária
- Reuniões com Secretário-adjunto de administração penitenciária.
- Ofícios e pedidos de providências à Coordenadoria de Saúde da SAP.
- Resposta e encaminhamento a ofícios recebidos das mais diversas pessoas e entidades.
- Elaboração de projetos.
- Indicação de membros do Núcleo para Conselhos Estaduais.
- Reunião com Defensores da Vara da Infância e Juventude.
- Participação em videoconferência nacional promovida pela Secretaria de Reforma do Judiciário/SPEN e DEPEND.
- Participação do grupo da DP que elaborou os projetos de rotinas dos advogados da FUNAP, atribuições de coordenadores e inspeções em estabelecimentos penitenciários.
- Reuniões com Secretário da Reforma do Judiciário e com seus assessores.
- Pesquisas e pareceres.
- Seminário – cumprimento das decisões do sistema interamericano de direitos humanos
- Elaboração de representação ao CNJ contra a Corregedoria Geral de Justiça TJ/SP
- Reunião com o Movimento Viva São Paulo.
- Manifestação em processo da corregedoria de presídios sobre saúde no sistema penitenciário.
- Manifestação em processo da corregedoria de presídios relativo à restrição ilegal de liberdade de presos do presídio de Avaré II.

- Elaboração de petições dirigidas ao juiz corregedor da VEC/SP.
- Reunião com Defensores Coordenadores da região metropolitana.
- Ouvida na CPI do sistema penitenciário.
- Reuniões de grupo de trabalho de saúde no sistema prisional, conclusão de parecer e encaminhamento de sugestões ao Secretário de Administração Penitenciária.
- Reunião com o Conselho Regional de Psicologia.
- Reunião com coordenador de reintegração social da SAP
- Participação nas reuniões do Comitê Paulista de Educação em direitos Humanos – subgrupo educação em direitos de profissionais da segurança e sistema prisional.
- Leitura e auxílio em elaboração de peças e pareceres de Defensores Públicos.
- Auxílio em elaboração de Resolução da Coordenadoria de Saúde da SAP sobre visita aos doentes presos no hospital penitenciário.
- Expositora - seminário sistema prisional - CONDEPE.
- Reuniões semanais com grupo do Núcleo que está elaborando LEP estadual.
- Expositora – audiência pública MPF – voto do preso
- Participação na oficina ‘os efeitos da negação do princípio da dignidade no sistema prisional – EDEPE
- Expositora – audiência pública – sistema prisional - ALESP
- Reuniões em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília em razão dos projetos PRONASCI e Mutirão de Mulheres Encarceradas
- Atendimento de mães de presos pedindo atuação da DP nas saídas temporárias do RSA – contato com os Defensores Públicos Coordenadores de Execução Penal de todas as regionais que estavam tendo problema com saída temporária para as medidas cabíveis (vários HCs impetrados).
- Participação em reunião do grupo de execução penal do CONDEGE.
- Elaboração de recomendações de atuação técnico-jurídica para Defensores Públicos VECs e varas criminais.
- Petição dirigida ao TRE.
- Audiência com Ministro Aires Brito relator do Mandado de Segurança contra decisão do CNJ em representação da Defensoria Pública de São Paulo, com outros órgãos.
- Reunião de GT da Comissão Intersecretarial, da qual é membro, para análise da Resolução conjunta SSP/SAP 01/2008.
- Reunião com juiz corregedor de medida de segurança (VEC – capital) para proposta de mutirão.
- Organização de pesquisa sobre tempo de demora de expedição de Guia de Recolhimento de provisória pelos juízes das Varas Criminais da Capital.
- Análise e redação final das rotinas dos Defensores de execução Penal.
- Conversa com os diretores dos HCTPs de Franco da Rocha e Taubaté para padronização dos laudos de cessação de periculosidade.
- Reunião com Delegado chefe do IIRGD.
- Reunião defensores VEC – capital
- Palestrante no Congresso sobre saúde mental do Conselho Regional de Psicologia – “Saúde Mental no sistema prisional”.
- Assessoria jurídica à Defensora Coordenadora de situação Carcerária da DP do Tocantins.
- Atendimento para esclarecimentos técnico-jurídicos de diversos defensores públicos de outros Estados.
- Reunião com os Coordenadores do Núcleo de Segunda Instância para análise de atuação conjunta.
- Entrevista para a TV Justiça.
- Participação em debate sobre mulheres encarceradas na TV Assembléia (SP).
- Acompanhamento de projetos de lei relativos a sistema prisional e execução penal.

- Palestrante no Congresso Estadual de Assistência Social, “Estado Social x Estado Penal” (UNIFAI).
- Reunião com diretor do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário e atendimento de cerca de quarenta presas lactantes.
- Reunião com Defensor Coordenador do Núcleo da Infância para discussão e encaminhamento de questões relativas aos lactentes.
- Atendimento do Diretor do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz e parecer em casos de transtornos mentais, internados por determinação judicial, por ele trazidos.
- Atendimento de presos – CDP de Diadema.
- Reunião com delegação de Angola (coordenado pelo Ethus).
- Reunião com o Secretário municipal de assistência social – discussão sobre moradores de rua que praticam crimes e estrangeiros aguardando expulsão – albergue.
- Reunião com psiquiatras e diretores dos HCTP do Estado e juíza da VEC (medida de segurança) – elaboração de laudos e mutirão.
- Reunião Defensores Coordenadores de Execução Penal.
- Participação em reunião no IDDD para estudo e discussão do PL monitoramento eletrônico.
- Reunião com Connor Foley – negociação de elaboração e publicação de Manual contra tortura para Defensores Públicos
- Indicação de Defensora Pública para representar a Coordenadora do Núcleo em audiência pública na ALESP sobre reintegração social.
- Indicação de Defensora Pública para representar a Coordenadora do Núcleo em mesa de debates na Faculdade de Saúde da USP sobre ‘Saúde Mental’.
- Reuniões ordinárias do Núcleo de Situação Carcerária – com atividades específicas distribuídas aos membros e colaboradores (pesquisas teóricas e práticas e projetos de lei a serem elaborados).